

Barómetro da Governação Municipal 2020



Gondola

Relatório de dados qualitativos

Bernardino António

IESE - 2021

Introdução

O presente relatório é resultado de uma pesquisa realizada no Município de Gondola, no âmbito do projecto “Barómetro da Governação Municipal” em curso no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) desde 2017. O mesmo tem como objectivo conhecer a avaliação dos munícipes sobre o desempenho do governo municipal e recolher informação relevante que ajude o município no estabelecimento e planificação das suas prioridades.

A pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação no terreno. No total foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com o pessoal do governo municipal, membros da sociedade civil e quatro discussões em grupos focais com líderes comunitários e membros das comunidades. As discussões em grupos focais obedeceram à seguinte composição: dois grupos focais com líderes comunitários, um grupo focal com comerciantes e um grupo focal com jovens. Por causa da sensibilidade de alguns assuntos reportados no relatório, alguns entrevistados são tratados de forma anónima.

O relatório está organizado em quatro secções temáticas (que constituíram critérios de avaliação da governação municipal) e inclui, para além desta introdução, uma conclusão e três anexos. Na primeira secção, abordam-se questões sobre eficácia, olhando especificamente para a visão e plano do município, a gestão financeira, os processos de tomada de decisão, o acesso à informação e a capacidade do município na mobilização dos cidadãos. A segunda secção dedica-se à responsabilização dos serviços públicos, analisando aspectos como transparência, sistemas de controlos institucionais, recursos para apresentação de queixas por parte dos cidadãos e a capacidade do município na resposta a essas queixas. Nesta mesma secção destaca-se também a questão da integridade. A terceira secção é dedicada ao processo de participação e engajamento cívico, olhando especificamente para o envolvimento dos cidadãos e o exercício da cidadania. Na quarta secção, aborda-se a equidade no acesso aos serviços públicos, oportunidade de poder, acesso a recursos e meios de subsistência.

1. Eficácia

1.1. Visão e plano

O Conselho Autárquico da vila de Gondola tem um plano quinquenal que é resultado do manifesto eleitoral apresentado pelo partido Frelimo nas últimas eleições autárquicas realizadas em Outubro de 2018. No entanto, a edilidade conta com um Plano Económico e Social (PES) que serve de base de orientação das suas actividades anuais. Todas as actividades realizadas ao nível das vereações ou repartições resultam do plano quinquenal.

Volvidos cerca de dois anos de governação, a edilidade faz uma avaliação positiva em termos de implementação do seu plano, em cerca de 65%. Importa referir que o manifesto eleitoral da Frelimo nas últimas eleições autárquicas de 2018 incorporava cinco principais pontos em termos de promessas: a asfaltagem da estrada que parte da estrada nacional N6 até ao hospital distrital de Gondola, a pavimentação da estrada que sai da N6 até o bairro Mucessua, passando pela escola Macombe (até à realização da presente pesquisa, em Dezembro de 2020, as obras ainda estavam em curso), a construção da biblioteca municipal, o melhoramento da iluminação pública que também estava em curso e uma praça digital que já está em funcionamento.

Para além da reabilitação da piscina, cujas obras ainda não tiverem início¹, a edilidade reconhece ainda haver enormes desafios em termos de prestação de serviços públicos aos munícipes, com maior destaque para as vias de acesso que foram grandemente afectadas pelo ciclone IDAI:

Temos outros desafios pela frente. Por exemplo, o abastecimento de água, embora já abrimos alguns furos, nós prometemos 10 furos de água e só em 20 meses conseguimos abrir cinco furos. O ciclone IDAI destruiu todas as pontes – o que é um dos grandes calcanhares de Aquiles, a reconstrução das pontes pós IDAI. É uma pressão que recebemos da população, mas nós como município também sentimos que naturalmente temos que criar condições para a reconstrução. Fizemos pedidos junto ao parceiro PRODIA²... Praticamente já temos resposta, já lançamos o concurso, já tem um empreiteiro que ganhou o concurso e dia 7 [de Dezembro, 2020] iremos fazer a negociação dos preços. A Alemanha, através do KfW, vai pagar as três principais pontes³, mas ainda vão faltar duas pontes (Mussatua e Mussapadzi)⁴.

Para além da reabilitação das pontes, o KfW também vai financiar a requalificação do mercado Feira e a construção das oficinas municipais, incluindo a compra de alguma maquinaria para o equipamento das oficinas.

¹ A reabilitação da piscina conta com uma parceria entre o Conselho Municipal, a Secretaria de Estado e os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), que são os proprietários da obra.

² Programa de Desenvolvimento Integrado para as Autarquias e as Zonas Rurais Circunjacentes (PRODIA). Este é um programa de cooperação bilateral entre os governos de Moçambique e Alemanha, através do financiamento do Banco de Desenvolvimento KfW.

³ As três pontes financiadas pelo KfW são: a ponte Francisco Manyanga, a ponte que dá acesso ao bairro Mazicuera saindo da administração do distrito e a ponte de Mazicuera pela via do hospital distrital.

⁴ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

A edilidade de Gondola reconhece a importância do apoio da cooperação Alemã para o desenvolvimento municipal, na medida em que contribui em grande medida para a melhoria na prestação de serviços públicos aos munícipes daquela autarquia. No entanto, as autoridades municipais fizeram uma observação crítica aos procedimentos usados pela cooperação alemã no financiamento dos projectos locais. Para estes, é importante que haja um maior envolvimento dos municípios nos projectos financiados, desde o processo de contratação da empreitada até à fiscalização das obras:

Eu acho que quando tu queres construir uma casa, é muito bom que sejas tu a escolher o empreiteiro e ele vai dizer qual é o material que vais usar para construir a tua casa. Agora, independentemente de ser alguém que está a pagar a construção da sua casa, tens que ser tu a controlar. Não é que nós queríamos o dinheiro, nós queríamos ter o domínio do empreiteiro para se adequar à nossa realidade (...) Agora, os empreiteiros, tudo, tudo, tudo, vêm de Maputo. Nós só vamos fiscalizar, e as ideias que nós damos, para eles não servem porque eles já fizeram o plano e só querem implementar. Passas daquele mercado neh?! Viste aquelas latrinas que estão ali? Aquilo não é adequado, aquilo é para espectáculo de um dia (...) Aquilo não é para ficar cinco ou seis meses alguém a tirar fezes de alguém e ir deitar. Quem é a pessoa que vai tirar e onde é que se vai deitar? Nós falamos aquilo no princípio, mas não nos ouviram até hoje. Então, é complicado (...) Nós estamos num processo em que não queremos o empreiteiro, mas não temos como, é doação. A gestão é muito boa, mas o que nós queremos é aquela interação. Estás a ver aquele mercado provisório, é de chapas sim, mas essa pequena ventania que veio, voou tudo⁵.

Importa referir que em relação à requalificação do mercado Feira e a construção do mercado provisório, várias foram as queixas apresentadas pelos munícipes, principalmente os comerciantes que desenvolvem as suas actividades naquele mercado. Entre as principais reclamações destacam-se a falta de diálogo entre as autoridades municipais e os comerciantes sobre o referido processo, a má qualidade e localização do mercado provisório.

A falta de diálogo entre os comerciantes e as autoridades municipais no processo de destruição das barracas e bancas gerou um descontentamento no seio dos comerciantes que, criticaram o facto de o município iniciar com o processo de destruição das bancas sem, no entanto terminar com a construção do mercado provisório. Com efeito, os comerciantes continuam a desenvolver as suas actividades no mesmo local sem mínimas condições de comercialização. Alguns instalaram-se à beira da estrada contra todos os riscos existentes:

Andaram a destruir aquelas bancas e até hoje não nos mudaram para o mercado provisório. Começou no ano passado — ah! vamos mudar em Novembro — ah! não, vamos mudar em Junho, ora em Dezembro; e o ano está acabar. E já destruíram bancas das pessoas. Toda a gente está a vender na estrada — mais riscos. Adiantaram destruir as bancas antes de concluir o mercado provisório. Há muitas reclamações, há pessoas que tiveram as suas bancas destruídas sem qualquer indemnização⁶.

A má qualidade e localização do mercado também tem sido alvo de inúmeras críticas no seio dos comerciantes e dos munícipes, conforme ilustram as palavras de um líder comunitário que considera não existirem condições mínimas para o exercício de actividades comerciais naquele local, para além da sua localização⁷ que constitui um enorme perigo para os comerciantes:

⁵ Entrevista com Cremilda Elzira Mário, vereadora das finanças, 30 de Novembro de 2020.

⁶ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

⁷ O mercado provisório foi implantado à beira da estrada nacional N6 e numa descida ligeiramente acentuada, o que tem gerado alguma crítica por parte dos comerciantes que temem pela segurança das suas vidas durante o exercício das suas actividades naquele local.

Esse mercado provisório não pode arrancar da maneira como está. Um lugar onde entram cento e tal pessoas, nem casa de banho não tem, não tem iluminação (...) E essas pessoas como vão se arranjar? Ali é uma zona apertada. Também é preciso coordenar com a empresa da estrada para pôr sinalização ali porque é descida (...) carros bem lançados podem criar acidentes, é um lugar perigoso, é uma estrada nacional⁸.

Sobre as reclamações apresentadas pelos munícipes, as autoridades municipais afirmaram se tratar de uma questão de mentalidade e resistência à mudança:

Quando há uma mudança há resistência e quando há políticas de desenvolvimento nem todos aderem. O projecto de requalificação do mercado já vem desde sete anos atrás. Fizeram-se estudos, tivemos ajuda do Ministério do Ambiente e o Ministério da Administração Estatal que praticamente é a entidade que criou condições para a existência de um parceiro. Então, as bancas foram destruídas para virem no mercado provisório. Diziam que o mercado está no cemitério, não está no cemitério, tem um muro que os separa (...) E o cemitério não pode ser visto nessa lógica (...) Nós podemos dar vários exemplos. Se você hoje vai a Chimoio, a escola Joaquim Mara, que é uma universidade, está no cemitério e o próprio cemitério já não existe, construíram-se condomínios. Vai ao cemitério de Chimoio, ao lado tem barracas, bancas. Então é uma questão de mentalidade. Nós como município aprovamos aquele local e é normal que não agrade a todos⁹.

No que concerne ao envolvimento das Organizações da Sociedade Civil e as comunidades locais no desenvolvimento do plano estratégico do município, as autoridades municipais sustentaram haver um envolvimento destes por meio do Conselho Consultivo Local (CCL), plataforma esta que integra as lideranças comunitárias, as OSCs e outros agentes influentes ao nível da autarquia:

Os munícipes participam nesse plano através do Conselho Consultivo Local. Em todos os anos, logo em Janeiro, há esse encontro do CCL. Então, os membros do CCL estão distribuídos em todos os bairros e eles quando vêm ao CCL trazem as preocupações que os bairros têm. Então, a ser assim, eu entendo que o plano é abrangente. Cada membro do CCL, por exemplo, se é de Mucessua, ele vem para o CCL e traz as preocupações da população de Mucessua. Estamos a falar de abastecimento de água, energia, estradas, essas coisas todas¹⁰.

No entanto, as entrevistas realizadas no terreno mostraram a insatisfação dos munícipes em relação ao seu envolvimento no desenvolvimento do plano estratégico do município. De forma geral, os munícipes assim como os líderes comunitários não se sentem envolvidos na elaboração do plano municipal, contrariando a informação fornecida pelas autoridades municipais segundo a qual o plano estratégico era resultante de auscultação feita às comunidades por meio das lideranças locais:

Desde que entrou não consegui reunir com os munícipes nos bairros para actualizar aquilo que havia agendado no seu manifesto eleitoral. O presidente nunca veio nos reunir para a gente saber qual é o seu plano. Talvez noutros comités, mas no meu comité, não posso mentir.¹¹

Um outro secretário de bairro também se queixou da falta de envolvimento das lideranças locais no processo de planificação do município. Apesar de reconhecer as dificuldades do município em termos financeiros, este chama as

⁸ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

⁹ Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

¹⁰ Entrevista com António Silvério, vereador da urbanização e infra-estruturas, 30 de Novembro de 2020.

¹¹ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

autoridades municipais à interação com as lideranças ao nível dos bairros para que estes estejam a par das actividades desenvolvidas pelo município:

O que nós queremos é quando há um projecto a se fazer, o município reúna primeiro com a liderança e depois as lideranças levam a informação aos munícipes. Pelo menos onde reúnem 20, 50 pessoas, então, dá para passar uma informação. Então, se não faz isso, automaticamente ainda está parado. Embora temos problema de crise, ele deve reunir com a liderança para actualizar o que está a fazer. Agora, quando decidem fazer qualquer coisa sem se pronunciar sobre o seu plano, ultimamente a população fica a saber que afinal de contas o município está a trabalhar isoladamente, o que não devia ser¹².

Durante a realização dos grupos focais, ficou evidente a falta de informação por parte das autoridades comunitárias sobre as actividades desenvolvidas pelo município. Um exemplo claro deste facto tem a ver com a construção da praça dos professores localizada à beira da estrada nacional N6. Para além da falta de informação, as lideranças locais questionavam a prioridade da praça, olhando para a precariedade de alguns serviços públicos considerados prioritários para o dia-a-dia das comunidades, como é o caso das vias de acesso:

Temos essa praça ali, da ONP (...) vimos a construção e depois dali — vamos inaugurar. Mas quem fez?! — É o município — então, eles tinham que explicar que apareceu um plano extra, que não constava no nosso manifesto. Vir aqui dar essa informação. O município deve reunir com os bairros, com os líderes. Quando querem fazer alguma coisa, devem reunir primeiro, ouvir a opinião da população. Muitos murmúrios que estão a andar por causa dessa praça dos professores. Ao invés de nos ajudar com pontecas. Aquele cimento não podiam fazer ponte aqui, foram fazer praça, praça dá o quê?! Quem sofrem essas perguntas somos nós os secretários que estamos aqui¹³.

A sociedade civil também não se sente envolvida no processo de planificação do município conformem mostram as palavras de um munícipe membro de uma plataforma das Organizações da Sociedade Civil em Gondola:

Na elaboração do plano do município até então não fomos dados nenhum convite. Normalmente o que nós sabemos sobre o plano estratégico do município, primeiro faz-se uma antecipação prévia, tendo em conta que o município sabe que tem uma sociedade civil proactiva que quer trabalhar em prol do desenvolvimento do próprio município. Não sei se está elaborado o plano, mas nós não fomos convidados como sociedade civil. Também não temos acesso ao plano¹⁴.

Para além da falta de envolvimento dos cidadãos, OSCs e as lideranças comunitárias no processo de planificação, o acesso ao plano de actividades do município também é quase que inexistente. Apesar de as autoridades municipais afirmarem ser um documento acessível, a verdade é que na ausência dos Conselhos Consultivos Locais, que constituíam um espaço prático de discussão e acessibilidade do plano por parte das comunidades através das lideranças locais, a acessibilidade do mesmo se limita à solicitação do documento por parte dos munícipes junto ao Conselho Municipal, o que é pouco comum. Por essa razão, as lideranças locais, nas discussões em grupos focais, enfatizaram a importância dos Conselhos Consultivos na governação municipal:

¹² Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

¹³ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

¹⁴ Entrevista com M. D., Gondola, 02 de Dezembro de 2020.

A saúde do trabalho é a comunicação. Os Conselhos Consultivos ajudavam, porque CCL são pessoas que traziam informação para o município sobre o que está a acontecer no bairro. E agora já não existe. Só ontem é que fizeram uma reunião no galo verde, porque estão para activar. Só se reúnem entre eles e decidem entre eles. Esse é um aspecto que eu vejo que está um pouco errado (...) porque o CCL é uma vista que ajuda o presidente¹⁵.

1.2. Gestão financeira

Para a gestão das suas finanças, o município de Gondola usa formulários financeiros padronizados em concordância com o Ministério das Finanças. Para as autoridades municipais, o uso desses formulários é efectivo, na medida em que, para além de permitir fazer a gestão das finanças da autarquia, também permite prestar assistência em matérias financeiras aos diversos sectores da autarquia, tendo em conta que a planificação de cada um desses sectores envolve uma orçamentação.

A orçamentação é feita com base nos planos anuais de cada um dos sectores. Não obstante, com a introdução dos formulários financeiros, o Ministério das Finanças capacita os técnicos da autarquia para que façam o seu devido manuseio. Até à realização desta pesquisa, estava em curso na autarquia de Gondola um processo de transição para o uso do sistema electrónico e-SISTAFE¹⁶. Para o efeito, alguns técnicos do município beneficiaram de uma capacitação para o devido uso do sistema.

No tocante à capacidade de gestão financeira, a edilidade de Gondola afirmou existirem capacidades técnicas para gerir as suas finanças com eficiência. Mas também reconheceu as dificuldades existentes em termos materiais e institucionais, elementos necessários para complementar as capacidades técnicas já existentes.

Uma das áreas que certamente precisa ser dinamizada em termos institucionais é o sector de cobrança de receitas locais, que enfrenta enormes desafios na maximização da base tributária local. Por um lado, a resistência ao pagamento dos impostos por parte dos comerciantes continua sendo uma das maiores preocupações da edilidade. Por outro lado, a fraca capacidade de exploração da base tributária local, condiciona a materialização do plano do município, aumentando assim a sua dependência em relação às transferências do Estado e doações de parceiros estratégicos, até mesmo para o pagamento de salários aos seus funcionários:

Em termos de receitas, ao nível do município de Gondola, nós temos receitas que oscilam entre 15 e 20 mil meticais dia, o que perfaz cerca de 600 a 700mil ao mês. E deste valor, 40% vai para o pagamento dos membros da Assembleia Municipal, alguns funcionários sazonais, o que significa que quando chegamos ao final do mês, aquilo que são as receitas locais não são suficientes para cobrir o pagamento do salário assim como o funcionamento do próprio Conselho Municipal. Recorremos às vezes às dívidas ou pedidos. Nós sobrevivemos através do Fundo de Compensação Autárquica (FCA), que também não chega a corresponder com aquilo que são as necessidades, uma vez que hoje o município tem cerca de 180 funcionários — o que na minha visão, com 90 funcionários seria bom. Então, levamos mais dinheiro a pagar funcionários (...) Houve no passado admissões que naturalmente não eram proporcionais àquilo que eram as necessidades de serviços¹⁷.

¹⁵ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

¹⁶ O e-SISTAFE é uma plataforma electrónica usada pelo Estado para fazer o pagamento dos seus fornecedores de bens e prestadores de serviços.

¹⁷ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

Para garantir a eficácia nos seus procedimentos financeiros, o município de Gondola adoptou alguns sistemas de controlos institucionais (*checks and balances*) tais como, modelo 37 e modelo 38, que funcionam como instrumentos de controlo das receitas cobradas ao nível do município. Também existe na tesouraria do município um sistema para a atribuição de recibos aos contribuintes que fazem o pagamento das suas obrigações fiscais. Não obstante, são usados os livros de escrituração obrigatórios, livro de controlo bancário para todas as contas existentes no município, livro de controlo da execução orçamental, livro numerador de requisições e controlo de pagamentos, o que facilita o controlo das requisições a partir do início do ano económico. Para além da existência do livro de controlo de cheques, o município também usa balancetes orçamentais, que são produzidos mensalmente.

A aplicação desses sistemas de controlo é complementada por um sistema de prestação de contas mensais. A prestação de contas é feita, num primeiro momento, ao executivo municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, em quatro sessões anuais (realizadas trimestralmente).

1.3. Decisão e informação

No âmbito do desenvolvimento das suas actividades, o município tem um sistema de relatórios, onde são reportadas as actividades realizadas em todos os sectores da autarquia. Em princípio, cada vereação tem o relatório das suas actividades e esses relatórios geralmente têm tido uma periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. O município também tem um relatório geral que resulta dos relatórios apresentados por cada uma das vereações. Este relatório para além de ser apresentado na Assembleia Municipal, também é enviado ao Ministério da Administração Estatal.

Quanto à partilha de informação com os cidadãos, a edilidade afirmou fazer o uso da rádio comunitária local (rádio Gândwa) não só para a divulgação da informação relacionada com as actividades desenvolvidas pelo município, mas também as realizações do município. Para além da rádio, também fazem o uso das vitrinas do Conselho Municipal e os secretários de bairro, apesar de estes últimos se queixarem da falta de informação por parte do município, conforme se apresentou nos pontos anteriores.

1.4. Liderança e capacidade para mobilizar os cidadãos para a mudança

De acordo com a edilidade de Gondola, existe uma mobilização constante dos cidadãos para o processo de desenvolvimento ao nível da autarquia e o Conselho Consultivo Local constitui um dos mecanismos usados para o efeito¹⁸. No entanto, algumas lideranças entrevistadas no terreno afirmaram não haver mobilização dos cidadãos, na medida em que o município não tem contacto tanto com os munícipes assim como com os líderes comunitários.

As lideranças dos bairros criticaram a falta de contacto permanente entre o Presidente do Município e os munícipes e até fizeram alusão a exemplos de outros contextos de governação municipal como é o caso do município de Chimoio que se localiza a menos de 30 km da vila de Gondola:

¹⁸ A rádio comunitária Gândwa tem sido um dos poucos meios usados pelas autoridades municipais para mobilizar as comunidades através de programas radiofónicos, para além da divulgação das realizações do município.

Eles devem ter mais contacto com os munícipes. Imagine o município de Chimoio, aquele município está louvado por causa da forma de trabalhar. Aquele Presidente do Município, encontra sentado numa cadeira na rua — está reunido com a sua população e dar orientação. Eu já assisti isso de cara. Isso devia acontecer aqui também para motivar a população, porque chegado o momento as pessoas não vão duvidar quem é o nosso dirigente, quem é o nosso pai na realidade. Alguns munícipes não conhecem o Presidente do Município de cara, senão os líderes e secretários¹⁹.

Relativamente à cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento da autarquia, por um lado, as autoridades municipais afirmaram haver uma relação positiva, apesar da inexistência de uma consciência clara nos cidadãos sobre os seus deveres e a essência do município:

A cooperação é positiva, embora ainda falta uma informação base sobre a essência do município e qual é o papel dos munícipes para a execução do trabalho do Conselho Municipal. O que os munícipes esperam é que o município faça tudo. Ainda não há consciência dos deveres. Há um vazio total (...) Há casos em que alguém está a chupar a sua cana, deita em qualquer sítio e diz: — o município vai tirar²⁰.

Por outro lado, os munícipes entrevistados sustentaram haver uma fraca cooperação das autoridades municipais. As lideranças dos bairros não foram uma excepção — também manifestaram a sua insatisfação em relação à falta de cooperação do Conselho Municipal.

As autoridades municipais afirmaram que a pandemia do coronavírus afectou grandemente a comunicação com os munícipes, na medida em que tornou difícil a realização de encontros ao nível dos bairros, conforme evidenciam as palavras de Arlindo Cesário Ngozi, Presidente do Município:

A questão do Covid-19 para o presente ano, em algum momento fragilizou um pouco essa comunicação. A nossa comunicação não foi muito eficiente, o estado em que vivemos, o estado de calamidade pública, em algum momento fragilizou aquilo que é a nossa comunicação²¹.

Apesar de reconhecerem os momentos difíceis que se vivem devido ao coronavírus, as lideranças locais mostraram-se críticos em relação aos argumentos apresentados pelo Presidente do Município. Na opinião destes, o coronavírus não é justificação plausível para a falta de encontros com as comunidades, porque o município podia muito bem reunir-se com as lideranças dos bairros, obedecendo ao distanciamento social:

O Presidente da República primeiro disse que 20 pessoas podiam-se reunir, usando o distanciamento social; depois passou para 50. Então, nos bairros, penso que em cada bairro tem as lideranças, então ele não poder sair e reunir com as lideranças por causa de coronavírus?! Então as igrejas nem podiam fazer cultos. Ele está a combater mesmo o coronavírus ou há uma lacuna que talvez está a combater?! Para nós ele está a fazer um bom trabalho, mas reparar atrás é muito bom²².

O ceticismo das autoridades comunitárias em relação ao argumento do presidente do município é, em parte, sustentado pelo facto de ter havido, em alguns bairros, encontros com a população promovidos por algumas entidades (a Polícia da República de Moçambique -PRM e o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica - IPAJ), mesmo em plena pandemia:

¹⁹ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 3 de Dezembro de 2020.

²⁰ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

²¹ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

²² Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

Não é bem por causa da pandemia, porque temos o novo comandante distrital da PRM; quando ele veio aqui fez uma reunião popular para se apresentar, para ser conhecido, e houve participação. Na semana passada, estive lá no meu bairro, o vice do IPAJ, veio dar palestra. Houve muita participação, cerca de 196 pessoas com distanciamento. Agora, essa dificuldade do município por causa da epidemia, não estou a encontrar nas minhas análises, não estou a encontrar. Porque é o mesmo Gondola que está sendo visitado por outras estruturas. Porque os munícipes têm muita coisa para expor ao município. Então, se não nos preparamos agora, lá à frente haverá dificuldades²³.

Em relação ao envolvimento dos jovens e mulheres no processo de tomada de decisões, constatou-se que as autoridades municipais têm procurado envolver esses dois grupos. Mas importa referir que este envolvimento está em grande medida ligado às organizações relacionadas ao partido Frelimo, neste caso a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e o Conselho Distrital da Juventude (CDJ). Um aspecto não menos importante a destacar neste ponto tem a ver com o facto de os funcionários do município serem maioritariamente jovens; mesmo o próprio executivo, desde o presidente até aos vereadores das áreas são jovens.

²³ Interviente no grupo focal com líderes comunitários, 3 de Dezembro de 2020.

2. Responsabilização dos serviços públicos

2.1. Transparência

Relativamente à transparência no processo de recrutamento dos funcionários²⁴, os munícipes têm a percepção de que o processo não é transparente. Estes se queixam de um maior favoritismo a pessoas oriundas de outros pontos do país em detrimento das residentes em Gondola:

A maior parte dos funcionários do município não são daqui de Gondola, estão a sair de fora. Outros são da Beira, outros são de Chimoio (...). Quem vota no município não se beneficia no serviço. O que devia ser é, as pessoas que vivem naquele município deviam se beneficiar daqueles serviços [emprego]²⁵.

Um líder comunitário, também comentou sobre o assunto, afirmando ser algo do conhecimento das autoridades municipais, uma vez que a questão teria sido exposta numa das reuniões com as autoridades municipais:

Essa questão já se levantou uma vez na sala de conferências. Não é porque nós os munícipes daqui não temos qualidades, temos qualidade sim. Só que a pessoa que está ali no município quando vê que esta vaga dá para alguém, então puxa alguém de lá longe. Até recorde de termos discutido sobre pessoas que vinham da Beira, Inhambane, vir aqui no município (...) Será que aqui mesmo não há pessoas que estudaram, que fizeram a 12ª classe, a licenciatura, não existem?!²⁶

As autoridades municipais sustentaram que as reclamações dos munícipes têm a ver com os erros do governo anterior, que teria trazido a questão do combate ao desemprego como dos elementos centrais do seu manifesto eleitoral, o que não se materializou posteriormente. Por outro lado, as autoridades municipais olharam para a admissão de pessoas vindas de outros pontos do país como resultado de um processo de recrutamento normal que obedece aos procedimentos normativos estabelecidos para o efeito:

Concordo, e não é a primeira vez que há essa reclamação. Nas primeiras eleições autárquicas, o triunfo do presidente foi de que, votem em mim e na Frelimo que todos terão emprego, e as pessoas votaram pensando que podiam ter emprego. Existem aqui vereações e, quando queria se meter alguém, por exemplo, na vereação de educação, a pessoa devia ter o curso de línguas, sociologia ou de docência; vereação de urbanização, alguém que fez, por exemplo, cartografia, topografia, planeamento físico ou alguma engenharia (...) E localmente nessa devida altura não tinha pessoas com formação técnica profissional. E o concurso não é local, os estatutos estão bem claros, o concurso é nacional para evitar a questão de discriminação. Não existe vagas que dizemos — essa vaga é para quem nasceu em Gondola. Gondola não é uma ilha isolada. Mas existem sectores que é para varrer, não precisa

²⁴ Importa referir que de acordo com as autoridades municipais, desde que o novo governo assumiu o poder em Janeiro de 2019, não houve admissões de novos funcionários.

²⁵ Integrante no grupo focal com comerciantes do mercado Feira, 1 de Dezembro de 2020.

²⁶ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

*que venha alguém de Tete, Maputo, os locais podem muito bem desenvolver esta actividade. Então, essa reclamação é óbvia e até certo nível de reflexão é preciso em algum momento também acomodar*²⁷.

Alguns líderes comunitários alertaram para os possíveis efeitos negativos da crescente insatisfação dos munícipes em relação à falta de oportunidades de emprego para os cidadãos residentes na autarquia, com maior destaque para o período eleitoral. Para além de afectar a participação dos munícipes nas próximas eleições, as lideranças locais também se referiram a uma possível desmotivação das estruturas dos bairros na mobilização dos cidadãos das suas comunidades em tempos eleitorais:

*Hoje é muito bom, mas vai chegar o momento de nós querermos essas pessoas que nós estamos a rejeitar aqui. E essas pessoas vão aceitar? Porque para ser o presidente do município é preciso ser votado. Se você não é votado, nunca será o presidente do município, e quem vota é essa população que estão a deixar de fora. Estão a pegar pessoas de longe para trabalhar aqui, e nós estamos a ver. Chega o momento da verdade precisa da nossa participação, há-de ser possível mesmo? Eu não tenho possibilidades, mas tenho filhos que têm nível [académico], podem entrar lá*²⁸.

No que concerne à disponibilidade e acessibilidade de informação, a edilidade sustentou haver acessibilidade da informação sobre as actividades e projectos desenvolvidos ao nível do município. Mas essa informação só pode ser acedida a partir do Conselho Municipal, o que significa que não existem outros mecanismos de divulgação dos mesmos:

*Todo o mundo que necessita de informação, nós disponibilizamos. Por exemplo, nós elaboramos a conta anual, que é a conta gerência do Conselho Municipal, depois de ser aprovada, anexamos na vitrina. A outra conta vai para a Assembleia Municipal e ao Ministério da Economia e Finanças. E qualquer visita que precisar a informação, nós facultamos. É um documento que não precisa esconder*²⁹.

Relativamente à partilha de relatórios de projectos locais e documentos de planeamento com os cidadãos, a edilidade reconheceu não existir um mecanismo ou plataforma para a partilha desses documentos, pois, os mesmos são apresentados nas sessões da Assembleia Autárquica e posteriormente os relatórios são conservados no município. No entanto, qualquer cidadão interessado, dirigindo-se ao Conselho Municipal, pode aceder aos documentos.

No que toca à transparência na cobrança de impostos, há um esforço evidente por parte da edilidade na melhoria da transparência desse processo. Reconhecendo os desafios existentes actualmente no processo de cobrança de receitas, feita através dos livros de recibo, o que abre espaço para a ocorrência de caso de corrupção por parte dos fiscais, a edilidade acredita que a situação poderá melhorar com a introdução de um sistema de controlo *mobile*, que permitirá uma melhor fiscalização do processo de cobrança de receitas. No entanto, enquanto o novo sistema de cobranças não é introduzido, a edilidade, através da vereação das finanças, utiliza o sistema de fiscalização pós-cobrança, sendo que no período da manhã passa uma equipa que faz as cobranças das taxas e impostos e, no período da tarde, passa uma outra equipa de fiscalização para verificar o trabalho feito pela equipa anterior.

²⁷ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

²⁸ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 3 de Dezembro de 2020.

²⁹ Entrevista com Cremilda Elzira Mário, vereadora das finanças, 30 de Novembro de 2020.

2.2. Sistemas de controlo institucionais (“checks and balances”)

Para além da Inspeção do Tribunal Administrativo, Inspeção Geral das Finanças e o sistema periódico de prestação de contas junto à Assembleia Municipal, o município de Gondola conta com a auditoria da empresa Ernst & Young. Devido ao contexto marcado pela pandemia da covid-19, até à data da realização desta pesquisa, em Dezembro de 2020, parte considerável das auditorias ainda não tinham sido feitas.

No entanto, o município ainda não tem fóruns que permitam a participação e envolvimento de outras partes interessadas como, por exemplo, as Organizações da Sociedade Civil e grupos específicos (jovens, mulheres, etc.) no processo de orçamento e planeamento.

2.3. Recurso para apresentar reclamações

Relativamente aos mecanismos para a apresentação de queixas às autoridades municipais por parte dos cidadãos e Organizações da Sociedade Civil, o município de Gondola dispõe de uma caixa de reclamações, onde os cidadãos podem submeter as suas reclamações/queixas. Para além da caixa de reclamações, existe uma abertura por parte das autoridades municipais, para que, qualquer cidadão, com uma reclamação ou queixa, apresente-a por meio de uma audiência com o Presidente do Município, ou vereadores. De acordo com as autoridades municipais, a reacção às petições dos munícipes é sempre feita dentro das possibilidades existentes:

Nós temos recebido algumas queixas, algumas reclamações, por exemplo, no bairro X, estamos há dois, três dias, a bomba não está a funcionar; o bairro X tem problemas de iluminação (...) é uma informação essa que nós temos recebido. Então, é através dessas pequenas reclamações que nós em algum momento resolvemos algumas actividades que se calhar nem estavam previstas no nosso plano de actividades. Nós também temos tido denúncias, comportamentos não bons por parte dos nossos colegas, nós trabalhamos com essas informações, tentamos censurar para apurar a veracidade e depois dar seguimento em relação a esses assuntos³⁰.

Alguns líderes locais, apesar de reconhecerem os esforços do município, se queixaram da morosidade na resposta às reclamações ou preocupações apresentadas pelas comunidades. Este facto compromete em certa medida o trabalho das lideranças locais ao nível dos bairros, que afirmaram receber pressão da população ao nível das suas comunidades:

O município está a trabalhar bem. Só, às vezes é a questão de atraso. Quando nós colocamos a questão a eles, não costumam nos atender com tempo e hora. Então, a população vem em cima do secretário (...) A população acha que o secretário é tudo (...) Então, o secretário acaba sofrendo por uma coisa que também não sabe. Nós levamos a informação ao município, mas a resposta atrasa. No meu comité, desde Janeiro que a água não sai. Produzimos carta, mas até hoje não há resposta. Também vias de acesso, candeeiros na estrada a partir da escola secundária Josina Machel e escola Panga-Panga, já se passam dois anos a população a reclamar. Outros são arrancados telefone. Nós já reportamos isso, mas a resposta não há. Quando há atraso na resposta, é necessário juntar toda a comunidade e explicar, para também salvar os secretários³¹.

³⁰ Entrevista com Virgílio Jambo, vereador do saneamento, 1 de Dezembro de 2020.

³¹ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, 1 de Dezembro de 2020.

2.4. Integridade

Apesar de não existir um plano estratégico de combate à corrupção, o município de Gondola tem trabalhado no sentido de desencorajar actos de corrupção no seio dos seus funcionários. No entanto, apesar desses esforços, a edilidade reconhece a existência de inúmeros desafios. Por exemplo, a área de parcelamento e atribuição de terrenos, ligada à vereação da urbanização tem sido uma das áreas que regista inúmeros casos de envolvimento dos funcionários do município em actos de corrupção. Este aspecto não só mancha a governação municipal, mas também gera conflitos de terra ao nível das comunidades, na medida em que existem terrenos que são atribuídos a duas ou mais pessoas. Por conta disso, o município suspendeu alguns técnicos e membros da polícia municipal que estiveram envolvidos na venda ilegal de terrenos:

O conflito de terra é um dos grandes desafios que existe em qualquer município. Encontramos, estamos a viver e estamos a aprender com esta realidade que infelizmente não é nova, mas o importante é tomar medidas. Os técnicos que estiveram envolvidos na venda de terrenos estão todos eles suspensos, porventura um e outro serão expulsos, temos polícias municipais que também estão envolvidos. Temos em alguns bairros alguns secretários que também estão envolvidos. Temos a duplicação, que envolve alguns técnicos da urbanização. A urbanização é um sector meio problemático que requer muita maturidade e pessoas sérias para aquele local³².

Conforme se pode notar a partir da citação acima, os funcionários do município não são os únicos actores envolvidos na atribuição ilegal de terrenos. De acordo com as autoridades municipais, as lideranças dos bairros também são parte do processo, o que impõe ao município, enormes desafios em termos de urbanização devido ao desordenamento territorial que caracteriza tais zonas:

Temos o problema do bairro Nhachoco. É um bairro que não foi parcelado, mas agora o município não tem como parcelar aquele bairro porque aquela liderança local foi vendendo, vendendo e agora estamos numa situação de um assentamento informal (...) Já não temos como (...). Por exemplo, para se abrir ruas ou parcelar o bairro Nhachoco, há-de implicar muitas demolições. Mas quem provoca aquilo não é o município, mas sim a liderança local³³.

As autoridades locais, por sua vez, lançaram a culpa para o município, afirmando existirem casos de pessoas com licenças de construção em locais considerados impróprios para o efeito. Estes também fizeram menção ao envolvimento dos técnicos e funcionários do município na venda ilegal de terrenos:

Quem está a falhar é o município, porque quando você vai conversar com aqueles moradores, há pessoas que já requereram. Têm documento que diz que o terreno é dele. Agora, se é assim, é o município que autoriza para invadirem. Além disso, quem tem lei para actuar dentro do município, é o município. Há corrupção ali porque na invasão desse cemitério houve dois polícias municipais que cessaram as funções, porque estavam envolvidos ali³⁴.

³² Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

³³ Entrevista com António Silvério, vereador da Urbanização e infraestruturas, 30 de Novembro de 2020.

³⁴ Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

A destruição de alguns cemitérios locais para a construção de habitações por parte de alguns indivíduos, foi uma das questões de destaque apresentadas pelas autoridades comunitárias entrevistadas em alguns bairros, conforme mostra o trecho a seguir, de um líder comunitário que para a além de descrever o cenário, também manifestou o seu desagrado sobre o assunto:

O cemitério que está em volta da vila de gondola, a população já invadiu. Partir aquelas campas nas noites, carregam aquelas cruces, arranjam um sítio e vão enterrar. Mesmo ir agora, ao pé do município tem um cemitério, já invadiram. Tem um cemitério no comité desse chefe aí, eu sofri muito ali a fazer delimitação para ninguém invadir, mas passado algum tempo, um senhor veio bater tijolos e levantou casa ali. A população está triste porque tem familiares enterrados naquele sítio. Até porque lá tenho três familiares que foram enterrados; estão ali dentro da casa de alguém, eu conheço mesmo (...) Sinto dores quando entro e vejo aquilo³⁵.

Quanto à questão da influência político-partidária ou étnica das lideranças do município no exercício das suas funções, constatou-se que tanto as questões étnicas assim como a filiação partidária, não influenciam as lógicas de governação no município de Gondola. Aliás, foi notória a interação saudável entre os membros da bancada de Renamo na Assembleia autárquica de Gondola e as autoridades do executivo municipal, que são do partido Frelimo.

³⁵ Interviente no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

3. Participação e engajamento cívico

3.1. Envolvimento dos cidadãos

O envolvimento dos cidadãos na resolução de conflitos dentro das comunidades ainda constitui um desafio, tendo em conta que o contacto entre as autoridades municipais e as comunidades é quase que inexistente, conforme se reportou nos pontos anteriores.

Reconhecendo a existência de conflitos de terra ao nível das comunidades, que é grandemente marcado pela venda ilegal de terrenos por parte de alguns funcionários do município, as autoridades municipais procuram envolver as próprias comunidades na resolução desses conflitos. Com efeito, caso não se encontre uma solução de forma amigável, os casos são encaminhados às instituições de justiça ao nível do distrito.

Para além dos desafios existentes no envolvimento dos cidadãos na planificação municipal, também existem desafios no envolvimento destes em questões ligadas à avaliação do desempenho dos serviços públicos, gestão de infraestruturas públicas e até mesmo na implementação de projectos.

Importa referir que, em relação à gestão de infraestruturas públicas, no caso dos furos de água abertos pelo município ao nível dos bairros, foram constituídos os comités de gestão para gerir os furos de água por forma a garantir a sustentabilidade dos mesmos.

Relativamente ao envolvimento dos cidadãos na implementação de projectos comunitários locais, ainda que de forma tímida, a edilidade procura envolver os munícipes em alguns projectos existentes, na sua maioria financiados por parceiros estratégicos. Por exemplo, no mês de Agosto de 2020, houve uma capacitação de 20 mulheres e raparigas em matérias de gestão de negócios financiada pela Gender Links³⁶. Para além de formá-las, a organização também as financiou para iniciarem com os seus negócios.

Ainda no mesmo âmbito, houve uma outra capacitação de raparigas em matérias de produção de sabão caseiro e máscaras, no âmbito da prevenção da pandemia da Covid-19. Depois da formação, para além dos certificados de participação, as raparigas receberam um kit para a produção de sabão caseiro e máquinas de costura.

³⁶ A Gender Links é uma organização não governamental regional da África Austral que trabalha em matérias de igualdade e equidade de género, obedecendo os protocolos da SADC, sobre género e desenvolvimento.

3.2. Cidadania

O exercício da cidadania, entendido com um conjunto de direitos e deveres dos cidadãos num determinado Estado, constitui um elemento indispensável em contextos democráticos.

No caso específico de município de Gondola, constatou-se através dos grupos focais a inexistência de uma consciência clara no seio dos munícipes sobre os seus direitos e deveres. Aliás, na maior parte dos casos, as pessoas focavam-se mais na questão dos direitos que nos deveres.

Quando questionadas sobre a tolerância aos pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social pública, as autoridades municipais de Gondola afirmaram não haver restrições à liberdade de expressão. No entanto, alguns munícipes partilham uma opinião contrária, sustentando não haver uma plena liberdade de expressão:

É difícil, quero acreditar que não é só aqui, muitos lugares em Moçambique, mas em particular na vila municipal de Gondola não há liberdade de expressão. As pessoas têm medo de falar. E se quiser falar numa reunião, a pessoa é dita para falar coisas boas. E quando você é dito isso, você corta o seu fio de pensamento. Eu já pude participar nas reuniões do bairro; as pessoas falam, mas falam quando quem está em frente são os líderes comunitários, mas quando são as autoridades máximas, as pessoas apontam sempre para os mesmos problemas que persistem e não são resolvidos, a falta de água, estrada, e candeeiros públicos³⁷.

A citação a seguir, de um jornalista local, mostra como o medo de alguns munícipes em abordar questões ligadas à política dificulta a recolha de informação durante as reportagens no terreno:

Uma e outra pessoa fala, porque outras pessoas se calhar têm medo de represálias; talvez por questões políticas. Questões ligadas à política nem todos falam. Por exemplo, quando queríamos fazer reportagem no mercado Feira, as pessoas negavam falar. As pessoas têm medo de serem marcadas. Então, nós como jornalistas tentamos convencer e dissemos às pessoas que podemos ocultar a identidade³⁸.

Portanto, a apatia dos munícipes tem-se verificado mais quando se trata de assuntos ligados à política, pois, é notória a participação activa dos munícipes em outras questões como, por exemplo, a participação em programas radiofónicos com um teor educativo. O programa radiofónico de educação rodoviária, transmitido pela rádio comunitária local (rádio Gândwa) em colaboração com o Conselho Municipal, é um exemplo claro deste facto, na medida em que alguns munícipes, através de uma linha aberta, interagem directamente com a polícia de trânsito e a polícia municipal que são convidados especiais do programa.

Quanto à liberdade dos cidadãos formarem as suas próprias associações e conduzir as actividades, constatou-se que não existem restrições para o efeito, pois, os cidadãos podem criar as suas próprias associações e desenvolver as suas actividades à vontade, conforme ilustram as palavras de um jovem da sociedade civil entrevistado no terreno:

Há liberdade sim, não é proibido, principalmente nesse momento que nós estamos — pode-se formar associações. Mesmo eu sou membro da sociedade civil sim, eu saí de uma associação. Dentro da minha associação, para a sua

³⁷ Entrevista com H. L., Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

³⁸ Entrevista com H. L., Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

*formação e legalização, tivemos liberdade, fomos dados toda a liberdade e chegamos até lá. Até esse ponto ainda não vi nenhum impasse*³⁹.

Relativamente à contribuição dos negócios/investimentos privados no município para a melhoria do bem-estar na autarquia, há uma percepção partilhada entre o município e os munícipes de que os negócios/investimentos privados contribuem, até certo ponto, para o desenvolvimento da autarquia, na medida em que, a partir desses negócios, o município consegue colectar receitas locais para viabilização de algumas actividades planificadas, embora a pandemia tenha impactado negativamente no desenvolvimento das actividades comerciais e consequentemente na colecta de receitas.

Assim como é em muitos outros contextos do país, o processo eleitoral em Gondola tem sido marcado por um certo nível de abstenção dos eleitores. De acordo com as entrevistas realizadas no terreno, a abstenção está basicamente ligada a dois factores. O primeiro tem a ver com a percepção dos munícipes sobre a utilidade do voto, pois, alguns acreditam que o seu voto não faz diferença porque já se conhecem os vencedores. O segundo tem a ver com a crescente insatisfação dos munícipes em relação ao recorrente incumprimento das promessas feitas durante as campanhas eleitorais.

³⁹ Entrevista com M. D., Gondola, 2 de Dezembro de 2020.

4. Equidade

4.1. Igual acesso aos serviços básicos

No que respeita à igualdade no acesso aos serviços públicos por parte dos munícipes, verificou-se no terreno a existência de algumas desigualdades que são resultantes dos desafios que o município enfrenta em termos financeiros para a expansão da rede de serviços públicos, o que significa que existem algumas zonas com maior dificuldade no acesso a determinados serviços se comparadas a outras zonas. As zonas mais afastadas do centro da vila são, certamente, as que mais se ressentem em termos de vias de acesso, abastecimento de água e electricidade, entre outros.

Quanto ao serviço de abastecimento de água, para além dos furos abertos pelo município ao nível das comunidades, o município conta com o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG). No entanto, várias foram as reclamações apresentadas pelos munícipes em relação ao abastecimento de água do FIPAG, que tem sido bastante deficitário:

O problema de água, esse problema afecta as populações quase em toda a vila. Não que não exista, as pessoas têm as fontenárias e as torneiras do FIPAG, mas a reclamação existe mais para o FIPAG porque a água não sai condignamente, é normal numa casa sair e na outra não sair (...) É um problema muito grave e nós sabemos que a água é um líquido vital⁴⁰.

Um líder comunitário também comentou sobre as dificuldades que a população da sua comunidade enfrenta para ter acesso à água:

Existem pessoas carentes que não conseguem puxar a torneira de água para as suas casas. Mas mesmo aqueles que têm torneiras, algumas não saem água. Por exemplo, na zona próximo à escola Panga-Panga, ali tem problema, não sai água. Aquilo já se reclamou, mesmo o Estado tem conhecimento, mas ninguém tem ideia de estudar porquê não está a sair água lá. Há pessoas que bebem a água dos poços, e no poço também encontra cheio de confusão. Mesmo com torneira, às vezes o FIPAG pode ficar três ou quatro dias sem água.⁴¹

A vila municipal de Gondola também enfrenta grandes desafios em termos de vias de acesso. A precariedade das vias, agravada pelas chuvas e pelo ciclone IDAI que devastou um conjunto de infraestruturas, incluindo as principais pontes que permitiam a transitabilidade das comunidades, constitui uma das principais preocupações da população:

O outro problema também são as vias de acesso. As chuvas têm criado erosão, o que acaba não dando uma transitabilidade boa para os munícipes e o município leva muito tempo para resolver aqueles problemas. Quase

⁴⁰ Entrevista com H. L., Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

⁴¹ Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, 3 de Dezembro de 2020.

todas as zonas, as estradas não estão boas. Além disso, temos o caso das pontes que ligam a vila e os bairros suburbanos da vila como Mazicuera, Francisco Manyanga que com o IDAI do ano passado ficaram devastadas⁴².

No tocante ao serviço de electricidade, importa referir que o município ainda não dispõe de uma alargada rede de cobertura de electricidade, havendo zonas sem acesso a este serviço. A falta de iluminação pública foi uma das reclamações apresentadas pelos munícipes durante os grupos focais, devido ao aumento de casos de criminalidade na via pública nas noites.

As autoridades municipais de Gondola reconheceram as suas limitações em termos de recursos financeiros para fazer face aos desafios existentes na melhoria dos serviços públicos. As calamidades naturais, como foi o caso do ciclone IDAI e o conflito político-militar no centro do país, que criou deslocados de zonas circunvizinhas para o centro de reassentamento no bairro Mazicuera, condicionaram ainda mais a capacidade do município em termos de resposta aos problemas existentes nas comunidades:

Temos situações dos deslocados. A vila de Gondola é um centro de deslocados, no Mazicuera. Isto em algum momento cria problemas em termos de foco da nossa governação. A partir do momento que nós recebemos os deslocados. No início, antes do INGC dávamos assistência aos deslocados com plásticos, alimentação (...) Praticamente perdemos o foco. Nós tínhamos furos de água que devíamos fazer noutros locais, acabamos abrindo mesmo nos deslocados. Então, perdemos um pouco o foco⁴³.

Não obstante, para além dos factores acima descritos, a edilidade também apontou para a elevada carga salarial do município como um dos factores que afecta negativamente na melhoria dos serviços públicos, na medida em que os salários que este paga aos funcionários estão acima das suas capacidades financeiras:

Eu tenho falado inúmeras vezes com o meu chefe dos recursos humanos que as admissões feitas no passado prejudicaram aquilo que é o desempenho do Conselho Municipal. Hoje nós, a nossa folha de salário está na ordem de um milhão e setecentos meticais, mas nós recebemos com o FCA (Fundo de Compensação Autárquica) um milhão e oitocentos meticais. O município de Gondola resta com cem mil meticais no fim do mês. Mas com o combustível nós gastamos cento e cinquenta mil meticais, logo temos uma dívida de cinquenta mil meticais em cada mês. Se não pagarmos, corremos o risco de não tirar o lixo e algumas actividades não funcionar; mas existem municípios que, se recebe um milhão e oitocentos, a sua folha consegue pagar o salário com oitocentos mil. Aí o presidente com as vereações podem ter ideias para fazerem muitas outras coisas⁴⁴.

4.2. Igual oportunidade de poder

De acordo com as autoridades municipais de Gondola, existe, na autarquia, igualdade na oportunidade de poder, mas sem perder de vista a questão da competência necessária para a ocupação de certos cargos. E uma das questões que o município tem procurado fazer é tomar em consideração a questão do equilíbrio e equidade do género. Com efeito,

⁴² Entrevista com H. L., Gondola, 1 de Dezembro de 2020.

⁴³ Na gestão do centro dos deslocados de Mazicuera, há uma interacção conjunta entre o município de Gondola, o governo do distrito e a delegação provincial do INGC, o governo provincial e a secretaria do Estado. As pessoas têm assistência periódica por parte do INGC. No entanto, um dos desafios até então tem que ver com os abrigos [casas] para os deslocados.

⁴⁴ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, 2 de Dezembro de 2020.

existem mulheres empregadas em todas as áreas do município e algumas delas ocupam cargos de chefia. Por exemplo, das duas localidades existentes no município, uma é chefiada por uma mulher. Das quatro vereações existentes na autarquia, uma é liderada por uma mulher, para além da secção das relações públicas que também conta com uma mulher na liderança.

No entanto, apesar dessa relativa representação das mulheres em cargos de chefia, existem alguns aspectos concernentes à igualdade que ainda precisam de ser tomados em consideração pelo Conselho Municipal como, por exemplo, a representação dos grupos vulneráveis no município (deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos).

4.3. Igual oportunidade de meios de subsistência e de acesso a recursos

Em relação à questão da igualdade na oportunidade de meios de subsistência ao nível da autarquia de Gondola, constatou-se não haver qualquer discriminação no acesso aos recursos. Por exemplo, na questão do acesso à terra tanto os homens assim como as mulheres têm oportunidades de acesso igual. No entanto, se é verdade que a interacção entre as autoridades municipais e as comunidades locais na autarquia de Gondola é deficitária, também não é menos verdade que a representação de todos os grupos interessados das comunidades na consulta e alocação de recursos continua sendo um desafio.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa mostram, por um lado, algumas realizações do município de Gondola no âmbito da melhoria na prestação de serviços públicos decorrente da materialização do manifesto eleitoral da Frelimo nas eleições autárquicas de 2018. Entre as principais realizações destaca-se a pavimentação de algumas vias de acesso, a abertura de furos de água em alguns bairros, sem deixar de lado a construção da biblioteca municipal e a criação de uma praça digital.

Por outro lado, o relatório mostra os desafios que marcam a governação municipal de Gondola. Relativamente à prestação de serviços públicos. Apesar dos avanços que se tem registado nos últimos tempos, os desafios são ainda enormes, com maior destaque para a precariedade das vias de acesso, sobretudo as principais pontes da vila que foram devastadas pelo ciclone IDAI, a falta de água em alguns bairros e o seu abastecimento deficitário mesmo nos bairros localizados no centro da vila, uma extensão limitada da rede da electricidade e a falta de iluminação nas vias públicas. As dificuldades financeiras do município, decorrentes da sua base tributária local limitada e a dependência em relação às transferências do Estado são alguns dos constrangimentos que o município enfrenta para a viabilização do seu plano de governação. E é neste âmbito que as parcerias com os agentes privados e instituições financeiras como é o caso do Banco de desenvolvimento alemão (KfW) têm jogado um papel importante no financiamento de alguns projectos locais.

Para além dos desafios existentes na prestação dos serviços públicos, o relatório também destaca a falta de cooperação e interacção não só entre as autoridades municipais e a população, mas também entre aqueles e as lideranças dos bairros, que se sentem excluídas do processo de governação desde o processo de planificação das actividades até à sua implementação.

Os dados apresentados neste relatório, ainda que de forma resumida, ajudam a ter uma ideia sobre a governação no Município de Gondola. Certamente que os aspectos aqui analisados não constituem a globalidade dos elementos relativos à governação municipal, o que significa que o recurso ao relatório de dados quantitativos, que complementa este relatório, poderá ajudar na percepção de outras questões.

Anexo 1- Matriz e Pontuação do Modelo Qualitativo do BGM

Critérios e Sub-Critérios	Indicador	Escala da Pontuação	Pontuação do Consenso	Fontes
Critério 1	Eficácia			
Sub-Critério: 1.1	Visão e Planos			
1	Há um plano de desenvolvimento estratégico para o município?	0=sem plano, 50=plano parcial, 100=plano detalhado	100	Entrevistas
2	Até que ponto o município implementa o seu plano estratégico?	0=não implementa, 25=baixa implementação, 75=em grande parte, 100=implementação total	75	Entrevistas
3	As OSCs e as comunidades são envolvidas no desenvolvimento do plano estratégico do município?	0=sem envolvimento, 50=algum envolvimento, 100=envolvimento total	0	Grupos focais
4	O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?	0=não acessível, 25=fraca acessibilidade, 50=alguma acessibilidade, 75=elevada acessibilidade, 100=acessibilidade total	25	Entrevistas e Grupos focais
5	Há no município planos anuais para os vários sectores, como saúde, educação, agricultura, transportes, água e saneamento, etc.?	0=sem planos, 50=planos parciais, 100=planos detalhados	100	Entrevistas
Sub-Critério: 1.2	Gestão Financeira			
6	O município usa formulários financeiros padronizados?	0=não, 100=sim	100	Entrevistas
7	O município usa eficaz e eficientemente formulários financeiros padronizados?	0=não, 25=pouco, 50=com alguma eficácia, 75=bastante eficácia, 100=eficácia e eficiência total	75	Entrevistas
8	O município elabora um orçamento anual para acorrer às suas	0=não, 100=sim	100	Entrevistas

	necessidades de desenvolvimento?			
9	O município tem capacidade para gerir as suas finanças com eficiência?	0=sem capacidade, 25=baixa capacidade, 50=alguma capacidade, 75=bastante capacidade, 100=capacidade total	75	Entrevistas
10	A liderança local do município administra de forma eficiente e eficaz as finanças e a cobrança das receitas locais?	0=não, 25=pouca, 50=alguma, 75=bastante, 100=eficiência e eficácia total	75	Entrevistas
11	O município tem um sistema de controlos institucionais (“checks and balances”) nos seus procedimentos financeiros?	0=não, 25=poucos controlos institucionais, 50=alguns controlos institucionais, 75=bastantes controlos institucionais, 100=controlos institucionais muito fortes	75	Entrevistas
Sub-Critério: 1.3	Decisão e Informação			
12	Até que ponto as autoridades do município tomam decisões usando informação fiável e actualizada?	0=nunca, 25=raramente, 50=algumas vezes, 75=a maioria das vezes, 100=sempre	50	Entrevistas
13	No município há um sistema de relatórios?	0=não, 50=parcialmente abrangente, 100=totalmente abrangente	100	Entrevistas
14	Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?	0=não, 50=alguns mecanismos, 75=muitos mecanismos, 100=uma grande quantidade de mecanismos	50	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 1.4	Liderança			
15	As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?	0=não, 25=pouca mobilização, 50=alguma mobilização, 75=bastante mobilização, 100=mobilização total	25	Entrevistas e Grupos focais
16	Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?	0=não, 25=pouca cooperação, 50=alguma cooperação, 75=bastante cooperação, 100=cooperação total	25	Entrevistas e Grupos focais
17	O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?	0=não, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento,	50	Entrevistas e Grupos focais

		75=bastante envolvimento		
Critério 2	Responsabilização			
Sub-Critério: 2.1	Transparência			
18	No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?	0=nunca, 25=muito poucas vezes, 50=às vezes, 75=a maioria das vezes, 100=sempre	50	Entrevistas e Grupos focais
19	A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?	0=não, 25=raramente, 50=às vezes, 75=bastantes vezes, 100=sempre	50	Entrevistas e Grupos focais
20	Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?	0=nunca, 25=raramente, 50=às vezes, 75=bastantes vezes, 100=sempre	0	Entrevistas e Grupos focais
21	Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?	0=não há transparência, 25=pouca transparência, 50=alguma transparência, 75=bastante transparência, 100=transparência total	50	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 2.2	Sistemas de Controlos Institucionais (“checks and balances”)			
22	Há fóruns abertos para as OSCs se envolverem com as autoridades municipais no processo de orçamento e planeamento?	0=não, 25=fóruns muito limitados, 50=sim, mas de difícil acesso, 75=sim e a maioria é acessível, 100=totalmente acessível	0	Entrevistas
23	As autoridades do município auditam regularmente as suas contas com outras partes interessadas (e.g. OSCs, grupos de jovens, etc.)?	0=sem auditoria, 25=há auditoria mas sem o envolvimento das partes interessadas, 50=há auditoria com algum envolvimento das partes interessadas, 75=há auditoria com bastante envolvimento das partes interessadas, 100=há auditoria com participação total	0	Entrevistas
Sub-Critério: 2.3	Recurso			

24	O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?	0=sem acesso, 25=pouco acesso, 50=acessível, 75=muito acessível, 100=totalmente acessível	75	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 2.4	Capacidade de Resposta do município			
25	O governo municipal reage às petições (i.e. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?	0=sem capacidade de resposta, 25=pouca capacidade de resposta, 50=alguma capacidade de resposta, 75=bastante capacidade de resposta, 100=total capacidade de resposta	50	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 2.5	Integridade			
26	Existe no município um plano de acção para combater a corrupção?	0=sem plano de acção, 50=plano de acção desenvolvido mas não implementado, 100=plano de acção desenvolvido e implementado	0	Entrevistas
27	Em que medida a liderança e os funcionários do município são influenciados pela filiação política e/ou étnica?	0=em muito grande medida, 25=em grande medida, 50=em alguma medida, 75=relativamente não influenciados, 100=não são influenciados	100	Grupos focais
Critério 3	Participação e Engajamento Cívico			
Sub-Critério: 3.1	Envolvimento dos Cidadãos			
28	No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?	0=nenhum, 25=poucos, 50=alguns, 75=bastantes, 100=todos	50	Entrevistas e Grupos focais
29	Os cidadãos podem exercer a sua liberdade de expressão e de se reunirem para falar sobre as eleições locais ou assuntos da governação municipal?	0=sem capacidade, 25=pouca capacidade, 50=alguma capacidade, 75=bastante capacidade, 100=capacidade total	25	Grupos focais
30	No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?	0=sem envolvimento, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento, 75=bastante envolvimento, 100=envolvimento elevado	25	Entrevistas e Grupos focais

31	Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?	0=não, 25=um pouco, 50=algum envolvimento, 75=bastante, 100=envolvimento total	0	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 3.2	Cidadania			
32	Os cidadãos podem formar as suas próprias associações e conduzir as actividades?	0=não, 25=pouco poder, 50=algum poder, 75=bastante poder, 100=poder total	75	Grupos focais
33	Os cidadãos têm consciência dos seus direitos e responsabilidades civis enquanto membros da comunidade?	0=sem consciência, 25=pouca consciência, 50=alguma consciência, 75=bastante consciência, 100=consciência total	25	Grupos focais
34	Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?	0=não, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento, 75=bastante envolvimento, 100=envolvimento total	25	Entrevistas e Grupos focais
35	O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?	0=não respeita/tolera, 50=tem algum respeito/tolerância, 100=respeito/tolerância total	50	Entrevistas e Grupos focais
36	Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?	0=não, 50=alguma contribuição, 100=bastante contribuição	100	Entrevistas e Grupos focais
37	Os cidadãos participam nos processos de eleições municipais?	0=não, 25=pouca participação, 50=alguma participação, 75=bastante participação, 100=participação total	50	CNE/STAE
Critério 4	Equidade			
Sub-Critério: 4.1	Acesso aos Serviços Básicos			
38	Todos os cidadãos têm igual acesso aos serviços municipais (e.g. educação, água, saúde, etc.)?	0=não, 25=poucos cidadãos, 50=alguns cidadãos, 75=a maioria dos cidadãos, 100=todos os cidadãos	50	Grupos focais
Sub-Critério: 4.2	Acesso ao Poder			
39	Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e	0=não, 25=poucas oportunidades, 50=algumas oportunidades, 75=bastantes	75	Entrevistas e Grupos focais

	administração pública)?	oportunidades, 100=total oportunidade		
40	Há mulheres empregadas no município?	0=não, 50=algumas mulheres, 100=um número equilibrado de mulheres e homens	50	Entrevistas
41	As mulheres ocupam cargos de responsabilidade?	0=não, 50=algumas mulheres, 100=um número equilibrado de mulheres e homens	50	Entrevistas
42	Há grupos vulneráveis representados no município (e.g. deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos)?	0=não, 25=pouca representação, 50=alguma representação, 75=bastante representação, 100=representação igual	0	Entrevistas
Sub-Critério: 4.3	Acesso a Recursos			
43	No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?	0=não, 50=representação parcial, 100=sim	0	Entrevistas e Grupos focais
Sub-Critério: 4.4	Acesso a Meios de Subsistência			
44	As mulheres e os grupos vulneráveis têm acesso igual à posse de terra?	0=não, 25=pouco acesso igual, 50=algum acesso igual, 75=a maioria tem acesso igual, 100=total acesso igual	100	Grupos focais

Gráfico A - Resumo dos indicadores dos sub-critérios de pontuação da Matriz

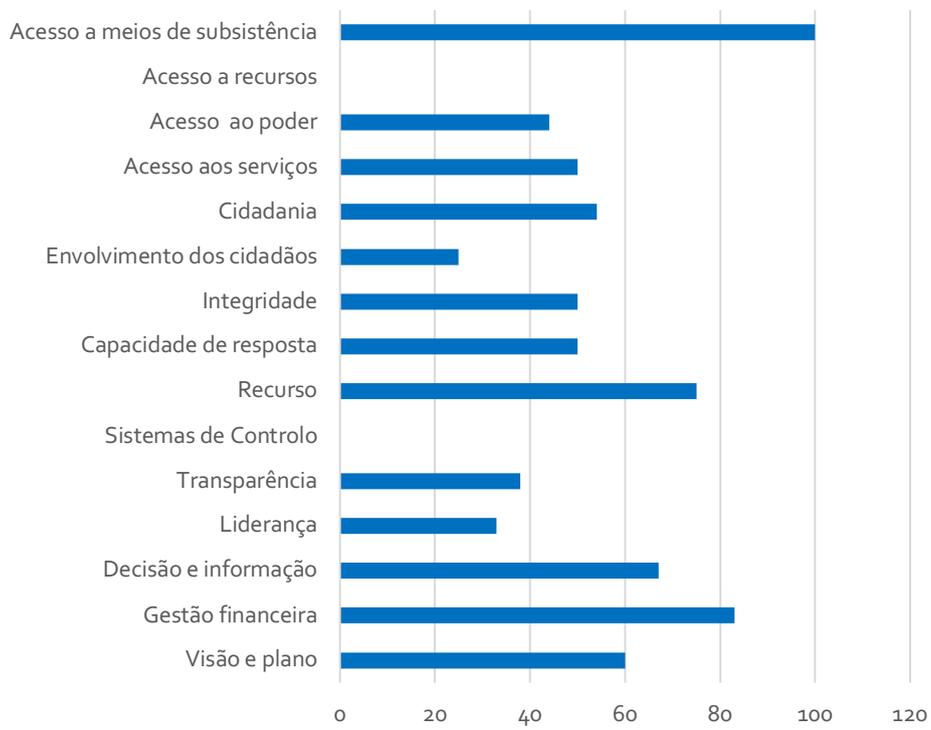
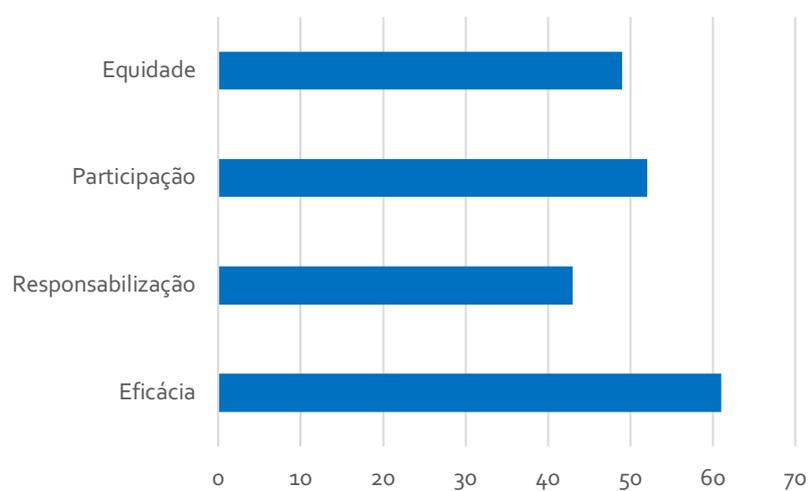


Gráfico B - Resumo dos indicadores dos critérios de pontuação da Matriz



Anexo 2 – Guião para as entrevistas

1. Há um plano de desenvolvimento estratégico para o município?
2. Até que ponto o município implementa o seu plano estratégico?
3. O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?
4. Há no município planos anuais para os vários sectores, como saúde, educação, agricultura, transportes, água e saneamento, etc.?
5. O município usa formulários financeiros padronizados?
6. O município usa eficaz e eficientemente formulários financeiros padronizados?
7. O município elabora um orçamento anual para acorrer às suas necessidades de desenvolvimento?
8. O município tem capacidade para gerir as suas finanças com eficiência?
9. A liderança local do município administra de forma eficiente e eficaz as finanças e a cobrança das receitas locais?
10. O município tem um sistema de controlos institucionais (“checks and balances”) nos seus procedimentos financeiros?
11. Até que ponto as autoridades do município tomam decisões usando informação fiável e actualizada?
12. No município há um sistema de relatórios?
13. Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?
14. As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?
15. Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?
16. O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?
17. No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?
18. A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?
19. Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?
20. Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?

21. Há fóruns abertos para as OSCs se envolverem com as autoridades municipais no processo de orçamento e planeamento?
22. As autoridades do município auditam regularmente as suas contas com outras partes interessadas (e.g. OSCs, grupos de jovens, etc.)?
23. O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?
24. O governo municipal reage às petições (i.g. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?
25. Existe no município um plano de acção para combater a corrupção?
26. No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?
27. No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?
28. Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?
29. Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?
30. O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?
31. Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?
32. Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e administração pública)?
33. Há mulheres empregadas no município?
34. As mulheres ocupam cargos de responsabilidade no município?
35. Há grupos vulneráveis representados no município (e.g. deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos)?
36. No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?

Anexo 3 – Guião para os grupos focais

1. As OSCs e as comunidades são envolvidas no desenvolvimento do plano estratégico do município?
2. O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?
3. Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?
4. As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?
5. Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?
6. O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?
7. No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?
8. A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?
9. Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?
10. Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?
11. O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?
12. O governo municipal reage às petições (i.e. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?
13. Em que medida a liderança e os funcionários do município são influenciados pela filiação política e/ou étnica?
14. No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?
15. Os cidadãos podem exercer a sua liberdade de expressão e de se reunirem para falar sobre as eleições locais ou assuntos da governação municipal?
16. No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?
17. Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?
18. Os cidadãos podem formar as suas próprias associações e conduzir as actividades?
19. Os cidadãos têm consciência dos seus direitos e responsabilidades civis enquanto membros da comunidade?
20. Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?

21. O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?
22. Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?
23. Todos os cidadãos têm igual acesso aos serviços municipais (e.g. educação, água, saúde, etc.)?
24. Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e administração pública)?
25. No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?
26. As mulheres e os grupos vulneráveis têm acesso igual à posse de terra?
27. Os cidadãos participam nos processos de eleições municipais?

Anexo 4 – Lista de entrevistados

ENTREVISTAS

Nome	Sexo	Função	Instituição	Data
Arlindo Cesário Ngozi	Homem	Presidente do Município	Município de Gondola	02.12.2020
António Silvério	Homem	Vereador da Urbanização	Município de Gondola	30.11.2020
Cremilda Elzira Mário	Mulher	Vereadora das Finanças	Município de Gondola	30.11.2020
Domingos C. A. Razão	Homem	Vereador da Juventude e Desporto	Município de Gondola	01.12.2020
Virgílio Jambo	Homem	Vereador do Saneamento	Município de Gondola	01.12.2020
M. D.			Sociedade Civil	01.12.2020
H. L.			Sociedade Civil	01.12.2020
Carlos João Correia	Homem		Assembleia Municipal Bancada da Renamo	01.12.2020

GRUPOS FOCAIS

Composição	Local	Data
Jovens	Bairro Josina Machel	01.12.2020
Comerciantes	Mercado Feira	01.12.2020
Líderes comunitários	Gondola	01.12.2020
Líderes comunitários	Gondola	03.12.2020